PARECER DE CREDITO ESPECIAL

INTERESSADO: Câmara Municipal de Alvorada Oeste/RO
PROPOSITURA*:* Projeto de Lei nº 02/2024 de autoria do Prefeito Municipal de Alvorada, Sr. Vanderlei Tecchio.

ASSUNTO: Projeto que autoriza a abertura de crédito especial por superavit financeiro da ordem de **R$ 1.885.002,52 (Um Milhão oitocentos e oitenta e cinco mil dois reais e cinquenta e dois centavos),** por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências".

I-RELATÓRIO:

A presente propositura visa à abertura de cerdito especial por superavit na administraçao na quantia de **R$ 1.885.002,52 (Um Milhão oitocentos e oitenta e cinco mil dois reais e cinquenta e dois centavos).**

O crédito almejado visa atender despesas de custeio e envestimentos no ambito da administraçao adota outras providencias.

É o breve relatório.

II-DO MERITO DO PARECER:

II.1- Quanto ao superávit por créditos especiais.

A iniciativa legislativa de projetos de Lei que versem sobre a abertura de créditos especiais adicionais

é exclusiva do chefe do poder executivo do Municipio, vez que tal operação implica em alteração da peça orçamentária referente ao exercício financeiro em curso.

O projeto de lei em exame deve necessariamente ser aprovado por **MAIORIA ABSOLUTA** dos membros dessa casa, conforme preconiza o **art. 13, III, da Lei Orgânica do Município deste Município de Alvorada.**

A abertura de crédito adicional especial está prevista na **Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964,** que estatui normas gerais de direito financeiro.

A propósito, reza o **artigo 41, II,** da lei federal:

> **"ART. 41".** OS CRÉDITOS ADICIONAIS CLASSIFICAM-SE EM: (...)II – "**ESPECIAIS, OS DESTINADOS A DESPESAS PARA AS QUAIS NÃO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA;** "(GRIFOS E DESTAQUES NOSSOS).

O dispositivo legal colacionado confere o necessário suporte para a realização de abertura de créditos adicionais especiais para suprir gastos desprovidos da correspondente dotação orçamentária.

J. Teixeira Machado Júnior e **Heraldo da Costa Reis** comentam sobre os créditos adicionais especiais, senão vejamos:

> "**O CRÉDITO ESPECIAL CRIA NOVO PROGRAMA PARA ATENDER A OBJETIVO NÃO PREVISTO NO ORÇAMENTO.** DESTARTE, À MEDIDA QUE MELHORA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E QUE SEUS RESULTADOS SÃO EXPRESSOS EM PROGRAMAS NO ORÇAMENTO, TENDEM A DESAPARECER OS CRÉDITOS ESPECIAIS."
> ASSIM, TODA VEZ QUE FICAR CONSTATADA A INEXISTÊNCIA OU A INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DETERMINADA DESPESA, **O EXECUTIVO TERÁ A INICIATIVA DAS LEIS QUE AUTORIZEM OS CRÉDITOS ADICIONAIS, ESPECIAIS E SUPLEMENTARES E, POSTERIORMENTE À SUA APROVAÇÃO PELO LEGISLATIVO, EFETIVARÁ SUA ABERTURA POR DECRETO**."(*in* "A LEI 4.320 COMENTADA", 25ª ed., IBAM, 1993, p. 90/91).

O comentário acima alerta para a necessidade de desenvolver um processo de planejamentoa eficiente que reduza o elevado número de operações desta natureza.

Prosseguindo em nossa análise, segue abaixo dispositivo legal também aplicável ao caso em tela, senão vejamos:

> "**ART. 43. A ABERTURA DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER À DESPESA E SERÁ PRECEDIDA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA.**" (GRIFOS NOSSOS)

O projeto em comento apontou ***"o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;".*** Como fonte para a abertura do crédito especial

e está devidamente embasado no **art. 43, §1°, I da Lei 4.320/64.**

E, por fim, aduzimos que o projeto em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, restando aos Nobres Edís analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.

III-CONCLUSÃO:

Entendemos, S.M.J., Que a presente propositura é legal, estando, portanto, apta para tramitar regulamente perante esta Egrégia casa de Leis.

Em observância ao disposto no **art. 48 do Regimento interno**, o presente projeto devera ser apreciado pela (s) seguintes (s) comissão (ões) permanentes (s): Justiça e Redação; e, orçamento, finanças e Contabilidade.

É O NOSSO PARECER.

Alvorada do Oeste/RO, 01 de abril de 2024.

WELLINGTON DA SILVA GONÇALVES
Procurador.